

**AUDITORIA DO EDITAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA (CASTRACÃO) E IDENTIFICAÇÃO POR MICROCHIPAGEM EM CANINOS E FELINOS EXISTENTES DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL**

Daiana Teles<sup>a</sup>, Fabiana Amanda Ribeiro Corrêa<sup>b</sup>, Júlia Varela da Silva<sup>c</sup>, Luana Vanessa Schiavo<sup>d</sup>, Itacir Alves da Silva<sup>e</sup>

<sup>a</sup> Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

<sup>b</sup> Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

<sup>c</sup> Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

<sup>d</sup> Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

<sup>e</sup> Mestre em Administração, professor do Centro de Negócios da FSG.

A introdução trata do edital de licitação nº 105/2017 que torna público o interesse da administração do Município de Caxias do Sul na contratação da prestação de serviços de esterilização cirúrgica (castração) e identificação por microchipagem em caninos e felinos existentes do município, enquanto a fundamentação teórica apresenta as leis que regem o edital, tais como: Lei 8666/93 que trata das normas para licitações e contratos da Administração Pública, Lei 10520/2002 que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, Lei Complementar 123/2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Decreto 11.132/2003 que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, Decreto 18.357/2016 que regulamenta a fiscalização dos contratos, o processo administrativo de penalização de infrações contratuais e a cobrança de multas contratuais aplicadas no âmbito da Administração Direta Municipal e o Decreto 18.364/2016 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal. Além disso, a fundamentação teórica apresentou a análise da conformidade do edital com a legislação vigente, e por fim, confrontou o processo licitatório com o edital de licitação. A atividade foi iniciada através da leitura do edital escolhido para posteriormente, em grupo, apontar os aspectos relevantes para elaboração da ficha técnica. A partir disso, foi dado

início ao relatório. Na análise do edital 105/2017 observou-se que a legislação que rege os editais e a modalidade específica do pregão, foi atendida de forma clara e objetiva. Analisados todos os requisitos previstos na legislação vigente para esse edital, a vencedora atendeu aos requisitos impostos, de forma que o resultado tenha sido justo e correto. Para um posterior estudo, entende-se como relevante a análise dos itens que compuseram a ata do pregão presencial nº 105/2017 e o nível de relevância de cada etapa pré-determinada no edital de licitação e ainda a disponibilidade de todos os documentos pertinentes ao processo licitatório.

## **REFERÊNCIAS**

**DECRETO Nº 18.357, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.** Disponível em:  
<<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/8cc891ca-3c7e-48c8-b1a7-0f423959d162.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

**DECRETO Nº 18.364, DE 29 DE AGOSTO DE 2016.** Disponível em:  
<<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/3c72e32e-4e22-4da1-aeaa-c40b7f1b82f2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

**DECRETO Nº 19.078, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.** Disponível em:  
<<https://caxias.rs.gov.br/uploads/documents/2018/01/22/4817a7e5-7150-4410-b840-78e42f658990.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

**LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

**LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.